



Revista FAMECOS: mídia, cultura e
tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

MENDONÇA, KLEBER

O Rio contra o crime: relatos de uma “guerra” televisionada

Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 19, núm. 1, enero-abril, 2012, pp. 124
-145

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551010009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Revista

FAMECOS

mídia, cultura e tecnologia

Jornalismo

O Rio contra o crime: relatos de uma “guerra” televisionada¹

Rio against crime: broadcasting “war” on television

KLEBER MENDONÇA²

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense UFF/RJ/BR.
<klebersm@hotmail.com>

RESUMO

A partir da análise de reportagens veiculadas pela TV Globo durante a ocupação militar do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, reflete-se, aqui, acerca das formas de interação discursiva propostas pela emissora. Em particular, fixaremos nosso olhar na relação entre as fontes e a instância jornalística e nos modos como foram concedidas, a esses sujeitos, possibilidades de participação no relato dos fatos. A hipótese que a análise empírica permite estabelecer é a de que a “interação”, proposta/imposta pela forma como a TV Globo tratou o acontecimento, limitou a visibilidade de algumas vozes naquela que deveria ser uma arena pública plural. Parte-se, aqui, da perspectiva teórica que pensa a comunicação como produto do embate entre interlocutores, no qual se dá um complexo processo de produção de efeitos de sentido entre sujeitos em constante e conflituosa interação dialógica, impregnada, portanto, de gestos de dominações, recusas, antecipações e convencimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo; Violência Urbana; Interações Discursivas.

ABSTRACT

From the analysis of news broadcast by TV Globo during the military occupation of the Complexo do Alemão, in Rio de Janeiro, it is reflected here, about the forms of discursive interaction proposed by the issuer. In particular, we will fix our gaze on the relationship between journalism field and journalistic sources and how the possibilities for participation in the reporting of the facts were given to these subjects. The hypothesis that the empirical analysis allows to establish is that the “interaction” proposed/imposed by the way TV Globo treated the event has limited visibility of voices in what should be a plural public arena. We propose a theoretical perspective that considers communication as a product of the clash between partners in which there is a complex process of production of effects of meaning between subjects. Such a process is in constant conflict and dialogic interaction, filled with acts of domination, denial, anticipations and persuasions.

KEYWORDS: Telejournalism; Urban Violence; Discursive Interaction.

“Eles não ouvem o que você diz nem escutam, mas utilizam para a coisa que querem fazer a coisa que não estão ouvindo” (Stein, 1983, p. 27). A imagem irônica usada por Gertrude Stein, em sua *Autobiografia de Todo Mundo*, para descrever o comportamento dos pintores espanhóis poderia servir, também, de ilustração para resumir o modo (autoritário?) como alguns setores da imprensa televisiva carioca se relacionaram com suas fontes durante os acontecimentos do final do ano passado no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro.

A partir da análise de reportagens produzidas pela TV Globo sobre este acontecimento, o presente artigo pretende refletir acerca das formas de interação discursiva propostas pela emissora. Em particular, fixaremos nosso olhar na relação entre as fontes e a instância jornalística e nos modos como foram concedidas, a esses sujeitos, possibilidades de participação no relato dos fatos. A hipótese que a análise empírica aqui realizada permite estabelecer é a de que a “interação”, proposta/imposta pela forma como a TV Globo tratou o acontecimento, limitou a possibilidade de visibilidade de algumas vozes naquela que deveria ser uma arena pública múltipla.

No momento em que parecem emergir tantas “vozes da comunidade” nos telejornais, percebe-se, paradoxalmente, que só ganharão destaque aquelas cujas declarações se afinarem com o tom adotado pela cobertura jornalística³. Dessa forma, a análise do momento de transformação dos moradores em personagens das notícias pode revelar, também, quais espaços serão a eles destinados pelo projeto de (re)urbanização implementado pelo poder público à reboque das ocupações e das pacificações das favelas cariocas.

Questionar a forma como “a população” foi conclamada a “ter voz” durante a “tomada” do Complexo do Alemão permitirá, a nosso projeto de pesquisa em andamento, um duplo avanço investigativo na busca de uma cartografia das relações

entre discurso, territorialidade e poder no jornalismo contemporâneo. Em trabalhos anteriores, iniciamos tal análise ao mapearmos a relação entre discursos jornalísticos sobre a cidade e a percepção da violência nestes espaços por seus habitantes (Mendonça, 2010a) e os modos pelos quais as ações governamentais de intervenção nas favelas do Rio de Janeiro – como a expulsão do tráfico, a instalação de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) e as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) – e a instância jornalística aparecam propor múltiplas visões sobre as favelas que passarão a fazer parte das negociações simbólicas a partir das quais os habitantes construirão seus percursos e apropriações territoriais (Mendonça, 2010b).

Do ponto de vista metodológico, pretende-se, também, complexificar aqui alguns aspectos do que chamamos, anteriormente, de “inversão do olhar analítico”. Ao defendermos, então, ser possível pensar as estratégias de visibilidade midiática de atores contestadores como também *produtoras* dos textos e discursos informativos, tentamos demonstrar de que forma os gestos de ruína das ações contestadoras eram, também, uma ruína da transparência da linguagem jornalística (Mendonça, 2010c).

Ao propormos o conceito de *ruína discursiva* para descrever esta ambígua capacidade das “fontes contestadoras” – como o MST – inverterem os sentidos inicialmente propostos por jornalistas, o que, de fato, fazemos é focar o debate dos estudos da comunicação em uma perspectiva teórico-metodológica que pense o fenômeno como produto do embate entre interlocutores. Em outras palavras, buscamos entender a comunicação como um complexo processo de produção de efeitos de sentido entre falantes, constantemente em interação (por sua vez, sempre conflituosa e dialógica).

Dizer que os interlocutores participam, em co-autoria, de um processo complexo – ainda assim desigual e impregnado de dominações, recusas e convencimentos – é pensar a comunicação discursivamente. Isto é: para além de arquiteturas estáticas que “congelariam” o fenômeno em pólos opostos e estanques de *emissão* e *recepção*. A

preocupação em aprofundar o caráter inherentemente dialógico da palavra já aparecia no cerne da obra de Bakhtin. O foco na capacidade de “antecipação” de todo falante – seja na elaboração do enunciando, como na forma de sua enunciação – pode ser percebido no trabalho do autor desde o esboço de sua teoria dos gêneros. Em suas palavras,

“

O enunciado daquele a quem respondo (com o qual concordo, ao qual faço objeção, o qual executo, levo em conta etc.) já está presente [...]. Ao construir o meu enunciado, procuro defini-lo de maneira ativa; por outro lado, procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado.

(Bakhtin, 2003, p. 302).

Orlandi observa que a capacidade do sujeito falante se colocar no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras é inerente ao caráter relacional do processo de argumentação em busca de efeitos de sentido. Além disso, perceber tal característica é tomar a comunicação menos como uma “comunhão” e mais como fruto de relações de poder, conflitos, convencimentos e tentativas de sujeição e dominação. Tanto assim que o falante ajusta

“

[...] seu dizer a seus objetivos políticos, trabalhando esse jogo de imagens. Como em um jogo de xadrez, é melhor orador aquele que consegue antecipar o maior número de “jogadas”, ou seja, aquele que mobiliza melhor o jogo de imagens na constituição dos sujeitos [...], esperando-os onde eles estão, com as palavras que eles “querem” (ou gostariam de, deveriam) ouvir.

(Orlandi, 2009, p. 41-42).

No caso da análise dos discursos propostos/produzidos/impostos pelos/nos meios de comunicação, é preciso levar em conta este caráter (político) relacional e contraditório. Neste artigo, portanto, propomos analisar uma interação que se constitui em contraponto ao gesto “arruinador” dos sujeitos contestadores analisados anteriormente em outros artigos. Como tal, é preciso manter em mente que este aspecto é também constituidor do processo interacional de produção de sentidos.

Se no trabalho mencionado anteriormente os “personagens” das reportagens podiam, com seus acontecimentos discursivos, inverter uma cobertura negativa, no episódio da “ocupação” do Complexo do Alemão temos a apresentação das fontes da “comunidade” sendo chamadas a produzir “espontaneamente” declarações que corroborem o tom adotado pela emissora.

Uma análise dos primeiros dias do evento já evidencia de que forma o “povo fala” será utilizado como índice de tranquilização (diante dos riscos de arbitrariedade e excesso de violência), de comemoração (pelo “sucesso” da operação) e, por conseguinte, como instrumento de silenciamento (das vozes-outras que poderiam relativizar tais sucesso e tranquilidade).

Cabe, no entanto, reduzir o potencial “maniqueísta” desta descrição. Se, pelo lado das estratégias discursivas da emissora havia a necessidade da presença das vozes da comunidade como fontes, do lado dos múltiplos atores da comunidade há, por sua vez, o desejos de participar ativamente dos acontecimentos e de tentar controlá-los ou guia-los.

Trata-se, isso sim, de uma interação ambígua e complexa entre a instância jornalística e as “fontes comunitárias” potenciais.

O misto de acatamento e antecipação faz parte do jogo discursivo ao qual alguns moradores se submetem (em maior ou menor grau). Se pudermos nos apropriar da

distinção entre *estratégias* e *táticas* (Certeau, 1994), o amálgama de entrega e resistência, presente nesta relação, ficará ainda mais claro. Para o autor, a estratégia seria

“*o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito do querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado [...] como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças.*

(Certeau, 1994, p. 99)

A tática, por sua vez, pode ser definida como

“*a ação calculada que é determinada pela ausência do próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe oferece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha.*

(Certeau, 1994, p. 100)

Em resumo, à *estratégia* discursiva da interpretação “única” dos acontecimentos, pela instância jornalística, a *tática* da comunidade foi responder – graças à capacidade (dialógica) de antecipação – com declarações reconhecíveis como “noticiáveis” e que (esperava-se) atenderiam à demanda solicitada.

Estamos diante, portanto, da necessidade de levarmos em conta, nas nossas análises, os diferentes modos dos sujeitos se inserirem nos discursos – e nos embates pela produção de consensos e de “verdades”- a partir das “armas discursivas” (ou táticas) que têm em mãos. Por ser o dialogismo a matéria de que é feita toda a palavra (Bakhtin, 2003), o jogo complexo das interações discursivas pode ser travado pelos diferentes sujeitos (interlocutores) em seus múltiplos e constantes gestos de antecipação, recusas, acatamentos e imposições.

Entre a “descoberta” e a “retomada” do Alemão

Os acontecimentos de final de novembro de 2010 no Rio de Janeiro receberam, pela imprensa, diversos nomes. A grande maioria recorria às mesmas metáforas bélicas de outros momentos de extrema violência urbana na cidade. Assim, termos como “A Guerra do Rio” e “A Guerra Contra o Tráfico” foram recorrentes na imprensa daquele período. Há uma extensa bibliografia de pesquisas em comunicação que comprovam de que forma o uso destas metáforas bélicas pela imprensa cumpre a função de tentar produzir, na audiência, uma sensação de insegurança (Coimbra, 2001) que permita a legitimação de ações repressivas “enfáticas” por parte dos poderes instituídos, como o uso de força extrema e a convocação das forças armadas para exercerem função de polícia (Borges, 2006).

A TV Globo, no entanto, acabou optando por ampliar o escopo de tais metáforas ao nomear como *O Rio contra o crime*, tanto seus longos flashes ao vivo, como as ações da polícia e da força tarefa nas favelas da Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão. A substituição é mais do que semântica e permite resumir e reafirmar o mote adotado pela emissora. Tratava-se, para ela, de uma luta contra o mal, da qual deveria participar toda a população “de bem” da cidade. Daí, portanto, a opção de agregar, à metáfora bélica, todos os “moradores de bem” de forma ativa: não

mais apenas no papel de vítimas indefesas de uma “guerra” da qual não participaram.

A eficiência desta estratégia discursiva pode ser explicada ao percebermos as condições de produção que permitiram a emergência deste tipo de enunciação. Os episódios que detonaram a resposta militar “nunca antes vista” foram também espetaculares e grandiosos. O estopim dos conflitos foi uma série de ações criminosas, em que as facções de traficantes⁴, outrora rivais, teriam se unido em protesto às sucessivas ocupações das favelas do Rio pela polícia e a implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

A partir da madrugada de sábado (20/11) para domingo (21/11), diversos bairros da cidade presenciaram arrastões, queima de ônibus e carros, além de ataques a cabines de polícia e a delegacias. Em resposta a tais ações, a PM efetuou operações contra traficantes em mais de vinte morros na terça-feira (23/11). No dia seguinte, no entanto, a escalada de confrontos aumenta exponencialmente: mais de dez veículos são incendiados pelos bandidos. A polícia, por sua vez, matou quinze “suspeitos” durante mais uma série de operações.

O aumento da força de repressão acontece na quinta-feira, 25/11, quando o Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar (BOPE) ocupa a Vila Cruzeiro, favela vizinha ao Complexo do Alemão. É desta operação uma das cenas emblemáticas do conflito: centenas de traficantes fugindo, em meio a uma chuva de balas, para a comunidade vizinha.

Nos dois dias seguintes, sexta (26/11) e sábado (27/11), o governo do estado amplia o cerco nas comunidades do Alemão, articula, com o governo federal, o apoio militar para viabilizar o que passou a ser chamado de “invasão” do Complexo do Alemão. A força tarefa vem a público, via TV e jornais, exigir a rendição de todos os traficantes (seriam 200, segundo cálculos da própria polícia) até a meia-noite do sábado.

Após vencido o *ultimatum*, sem nenhum traficante se entregar, a força tarefa inicia a “ocupação” do Complexo do Alemão no domingo (28/11), a partir das oito horas da manhã, com cobertura ao vivo ao longo de todo o dia por várias emissoras de TV aberta e fechada, especialmente a TV Globo, objeto da análise aqui desenvolvida. Em apenas uma hora e meia de ação, com intenso tiroteio, uma imagem “espetacular” como a cobertura jornalística serviria de emblema para o “sucesso” da operação: um helicóptero leva ao ponto mais alto da comunidade (um teleférico ainda em construção) as bandeiras do Brasil e do Estado do Rio. Ao longo do dia, o que se viu foram imagens comemorando a ocupação, descrevendo os desdobramentos das ações, indignando-se com a “riqueza” das “mansões do tráfico” e acompanhando as (poucas) capturas de criminosos⁵.

Para se ter uma ideia do volume de material “informativo” produzido naquele domingo, apenas a TV Globo totalizou mais de oito horas de transmissão ao vivo do plantão *O Rio contra o crime*, no qual os âncoras Ana Paula Araújo e Márcio Gomes se revezavam com o “comentarista” de segurança pública, Rodrigo Pimentel, e com os repórteres que cobriam a ação da força tarefa.

Dante de um corpus tão amplo, cabe destacar que nosso objetivo não é esgotar a descrição dos conteúdos veiculados ao longo de quase dez dias de confronto. Pretende-se, aqui, refletir sobre apenas dois de seus principais aspectos: o “papel patriótico” desempenhado pela emissora nas “ações de ocupação” e a forma como este lugar discursivo se baseou na construção de uma proposta particular de interação discursiva com seu público (e suas fontes). Descrever um pouco melhor este mecanismo discursivo talvez jogue luz no entendimento da relação entre a instância jornalística e as formas de controle social (e territorial) praticadas na sociedade brasileira nos dias de hoje.

As estratégias de interação de uma “cobertura patriótica”

Se pudéssemos resumir o tom da cobertura em tempo real da “Guerra do Rio” pela TV Globo, no domingo e nos demais telejornais ao longo de toda aquela semana, o que mais salta aos olhos foi o modo como a emissora assumiu a atitude de se tornar, discursivamente, parceira da “resposta” das autoridades aos criminosos. Ao longo de dez dias, a emissora (como boa parte da imprensa hegemônica) foi fundamental para cumprir uma tarefa de apoio às ações militares. Tal missão englobou, em linhas gerais, três frentes:

- a) A produção de evidências discursivas de que vivíamos em período de exceção, como uma guerra, que demandava resposta à altura das autoridades. Fazem parte destas evidências as já mencionadas “metáforas bélicas” e a reafirmação constante de que vivíamos um “momento histórico” durante o domingo da ocupação;
- b) A produção de “consensos sociais” que garantissem, às autoridades, a possibilidade do uso da força. O principal aspecto, reiterado à exaustão, nesta frente, foi o “bombardeio” de declarações de apoio da população às ações, bem como o clamor público por medidas enérgicas. Neste caso, nota-se o uso, com destaque, das vozes oriundas das comunidades;
- c) O silenciamento e a não-legitimização das vozes discordantes (de acadêmicos ou da comunidade) e das interpretações - outras dos fatos (como os motivos que explicassem a fuga dos bandidos ou o excesso de arbitrariedade dos policiais e soldados depois da ocupação);

Um olhar mais detido aos dois últimos aspectos permitirá evidenciar os modos de interação propostos pela emissora; um misto de orquestração de “vozes autorizadas” e de políticas de silenciamento. Exemplo deste aspecto é a coincidência do aumento da importância das “vozes da comunidade” marcando,

também, um período de transição no jogo das negociações de visibilidade midiática.

Na mesma medida em que os “legítimos donos da voz” se fazem ouvir, os antigos “mediadores sociais” saem de cena. Ao longo da semana, fontes como moradores anônimos e ONGs cujos coordenadores são oriundos das comunidades (como o AfroReggae e a Cufa) mereceram muito mais destaque da emissora do que aquelas das antigas entidades mediadoras (como o Viva Rio, por exemplo).

A partir do momento em que as tropas da força tarefa se dirigem para a Vila Cruzeiro e para o Complexo do Alemão há outro deslocamento acontecendo simultaneamente: o discurso jornalístico “descobre”, como legítimas, não só as comunidades para as quais a polícia se dirige, mas também seus moradores. Tal estratégia se materializa em uma série de declarações que, ora “comemoram” e agradecem aos policiais/heróis, ora conclamam medidas ainda mais drásticas.

As fontes parecem, de fato, “antecipar”, em suas declarações, o que entendem ser a expectativa dos jornalistas. A escolha, por parte da edição dos telejornais (e dos repórteres) destas declarações não é, no entanto, uma invenção desta cobertura. É um recurso tradicional (embora eticamente questionável) do telejornalismo a busca por declarações de populares que possam expressar opiniões que a “isenção” jornalística proíbe ao profissional. Neste caso específico, todavia, é de se admirar a completa ausência de vozes descontentes ou lamentando terem sido prejudicadas pelas ações.

Exemplo da participação anônima, a edição do *Jornal Hoje* de 26/11 narrava a tomada da Vila Cruzeiro pelas tropas do Bope. Trata-se de uma reportagem de mais de dois minutos com várias declarações (todas de fontes não-identificadas) apoiando as ações da Polícia. Uma transcrição do trecho da reportagem de Renata Capucci evidencia o tom da participação popular:

Um gesto de esperança de quem estava acuado no meio de uma guerra. ‘A gente espera melhorar sempre, acho que dessa vez algo tem que acontecer’, diz uma moradora. Panos e lençóis brancos nas janelas mostravam o quanto os moradores estavam assustados, mas torciam pela volta da tranquilidade na favela. O pedido de paz foi feito enquanto a polícia tomava a comunidade e enfrentava os bandidos. Gente acostumada ao som de tiros, a fugir de balas perdidas, mostrava de dentro de casa que precisava de ajuda. ‘A gente sai, não pode chegar numa janela, não pode chegar num portão, tem que acabar’, comenta outro morador⁶.

As imagens que acompanham as sonoras são as de pessoas nas janelas dos barracos acenando bandeiras brancas ao som dos tiros do confronto. Temos, de um lado, a incorporação do “pedido de paz” como signo evidente, para a retórica jornalística, de que o apoio às ações é total. Do ponto de vista dos moradores, por sua vez, antecipar um gesto mundialmente reconhecido como de não-enfrentamento pode, também, ser uma maneira de produzir evidências outras (para a imprensa, mas, sobretudo, para a polícia): a de que naquele lugar não se encontram bandidos, mas sim ‘pessoas de bem’. A combinação destes interesses pode justificar a quantidade de reportagens que, no período, lançaram mão desta estratégia de ouvir as fontes locais como forma de reverberar o incentivo popular às ações.

Houve, no entanto, outras formas de ação dos moradores, menos dentro da legalidade, igualmente estimuladas pela “convocação” da imprensa. Ao longo da cobertura da ocupação do dia 28/11, chamou a atenção dos repórteres da Globo a “riqueza” na qual viviam os “chefões do crime”. Cenas do que foi chamado de “Mansão do Tráfico” foram mostradas à exaustão no domingo, sob os comentários indignados (nada objetivos, diga-se de passagem) dos âncoras no estúdio.

No dia seguinte, a “resposta” da comunidade pode ser acompanhada ao vivo, sendo repriseada, mais tarde, na edição do *Jornal Nacional*. A repórter Bette Lucchese passeia pelos destroços da “mansão”, entrevista um PM e segue descrevendo os saques produzidos pelos moradores no momento em que as ações se desenrolam:

“

Bette: ‘Aqui no Alto do Coqueiral, moradores, vejam só, moradores estão saqueando a casa de um traficante aqui da região’. A repórter se aproxima da entrada da casa. A imagem das pessoas que estão praticando o delito é borrada para impedir sua identificação. A repórter passa a palavra a um PM que está na porta da casa, abrindo espaço para os moradores saírem com o produto do saque, enquanto explica, sem impedir a ação:

Policial: ‘Provavelmente a comunidade sabe que é de vagabundo que fugiu e tá saqueando’.

A imagem corta para outras cenas do saque. A repórter passeia pela casa enquanto continua descrevendo a ação como se não testemunhasse um crime, mas um ato de justiça:

Bette: ‘Móveis, eletrodomésticos... tudo está sendo levado pelos moradores. Olha só: aqui a gente vê a porta do box do banheiro, o morador está tirando o chuveiro. Em poucos minutos a casa ficou completamente alagada. Sabe por quê? Até as torneiras foram levadas. Aqui na casa também tem mesa de sinuca, uma churrasqueira... Uma casa fora dos padrões dessa comunidade’.

O final da reportagem ‘comemora’ a rebeldia dos moradores. Vemos algumas crianças nadando, felizes, na piscina da casa, enquanto a repórter conclui.

Bette: ‘Luxo que essas crianças talvez nunca tenham visto de perto’⁷.

É de impressionar que, em nenhum momento, haja a menção ou a preocupação – seja do policial, da repórter ou mesmo dos moradores que saquearam a casa – de que o que estava sendo transmitido, para todo o Brasil, era uma ação criminosa. Tal tolerância se esclarece se tomarmos a transmissão ao vivo do dia anterior – com os apresentadores indignados com a “afronta da mansão em plena favela” – como uma sentença que permitiria o salvo-conduto daqueles que, no dia seguinte, fariam “justiça” com as próprias mãos.

Outro exemplo do entendimento tácito entre a adesão “espontânea” da comunidade e a imprensa no processo de construção das reportagens sobre os conflitos no Rio de Janeiro pode ser visto no encerramento da edição do *Jornal Nacional* de 27/11. No dia seguinte à ocupação da Vila Cruzeiro e a poucas horas do momento da invasão do Complexo do Alemão, a repórter Lilia Teles encerra sua participação ao vivo, naquele sábado (direto da entrada da comunidade e no escuro, para evitar serem surpreendidos pelos traficantes), com uma mostra de como os moradores tentam continuar suas vidas:

“

Apesar de tudo isso, a população vai tentando levar uma vida normal. A gente agora há pouco encontrou uma família inteira indo para uma festa de aniversário de quinze anos. A aniversariante, usando um vestido branco, levava um bolo: um contraste com este cenário de guerra⁸.

A cena bucólica, encerrando a participação ao vivo da repórter, não foi escolhida ao acaso. Na volta ao estúdio, a apresentadora Carla Vilhena, visivelmente emocionada, lê a última notícia do dia: um recado de uma moradora anônima para a polícia. Segue a transcrição do texto lido pela apresentadora:

“

E a gente encerra essa edição do Jornal Nacional com as palavras de uma moradora da Vila Cruzeiro. Uma das milhares de pessoas que transitam entre tiros pelas ruas do Complexo do Alemão. Durante o dia, ela se aproximou de uma das nossas equipes. Ela não se apresentou. Ela apenas entregou essa caixinha de fósforos.

A apresentadora mostra uma caixinha ao telespectador. Dentro, escrito à mão, a apresentadora abre a caixinha e retira de lá um papel: uma cartinha.

Emocionada, Vilhena abre o bilhete. Ela diz assim (ouvimos o barulho do papel, enquanto a imagem corta para uma foto do bilhete): ‘Aos Governantes e toda força militar, nossos Guerreiros! Nossos heróis que vieram nos libertar, obrigada’. E continua: ‘Hoje é dia de Nossa Senhora das Graças. Liberdade, Liberdade, abre as asas sobre todos nós dessa nação abençoada por Deus!!’. Essa moradora anônima assina em nome do lugar a que pertence: ‘a comunidade da Vila Cruzeiro, 27/11/2010’.

A imagem corta para o apresentador William Waack, que explica e conclui: ‘Liberdade, abre as asas sobre nós, esse trecho da carta, ficou famoso como parte de uma letra de um samba da Imperatriz Leopoldinense e está também na letra do hino da proclamação da república. E essa palavra liberdade, usada pela moradora, é mesmo a ideia a qual a gente chega ao ver o Estado recuperando, de bandidos, áreas ocupadas’.

Percebe-se na mensagem lida a combinação perfeita, do ponto de vista dialógico, entre o acatamento (do ponto de vista do outro na construção da mensagem), a antecipação (na escolha dos elementos que sabemos de antemão que irá agradar o interlocutor) e a intertextualidade (ao costurar, em sua fala, elementos de outras vozes, anteriores e memoravelmente mais autorizadas do que a da anônima moradora).

O bilhete emociona a repórter por reunir, em suas poucas linhas, todos os valores (conservadores, é claro) defendidos pela emissora em sua cobertura. São exaltados:

- a) *A Religião* - na lembrança de Nossa Senhora das Graças e no apelo a Deus;
- b) *A cultura popular* – no apelo ao carnaval, pelo fragmento de Samba-Enredo, e à MPB, soando os vestígios do samba patriótico de Jorge Ben em seu país tropical “abençoado por Deus”;
- c) *O amor à pátria* – na referência ao hino da independência, à liberdade e à exaltação aos militares heróis-guerreiros.

Além disso, esconder o bilhete num material caseiro cotidiano e passá-lo em sigilo para a repórter guarda ainda outro simbolismo: o da “voz do morro” reconhecer a instância jornalística como seu verdadeiro aliado. E essa confiança será paga com a mesma moeda simbólica: à apresentadora do telejornal cabe emocionar-se e, com voz embargada, comemorar a “retomada” daquela região pelas “forças heróicas” dos soldados.

A simpatia e a emoção com as quais as palavras da moradora anônima são recebidas representam o extremo oposto da recusa e do silêncio com que foram tratadas as vozes discordantes do tom adotado pela cobertura, sobretudo as “acadêmicas”. Como lembra Orlandi (1992), é impossível traduzir em palavras um conteúdo silenciado. Mas podemos buscar os vestígios de tais políticas pelas frestas dos dizeres-outros em espaços distintos de visibilidade.

Exemplo da falta de boa vontade da emissora com as versões dissonantes oriundas de especialistas em segurança pública é a ausência, no debate, inclusive das vozes constantemente consultadas pela imprensa. A respeito desta nova versão do “silêncio (forçado) dos intelectuais”, Luiz Eduardo Soares comentou em seu blog a razão de sua recusa em dar declarações:

“ [...] não faria sentido jogar pelo ralo a credibilidade que construí ao longo da vida. E isso poderia acontecer se eu aceitasse aparecer na TV, no rádio ou nos jornais, glosando os discursos oficiais que estão sendo difundidos, declamando platitudes, reproduzindo o senso comum pleno de preconceitos, ou divagando em torno de especulações. A situação é muito grave e não admite leviandades. Portanto, só faria sentido falar se fosse para contribuir de modo eficaz para o entendimento mais amplo e profundo da realidade que vivemos. Como fazê-lo em alguns parcos minutos, entrecortados por intervenções de locutores e debatedores? Como fazê-lo no contexto em que todo pensamento analítico é editado, truncado, espremido – em uma palavra, banido –, para que reinem, incontrastáveis, a exaltação passional das emergências, as imagens espetaculares, os dramas individuais e a retórica paradoxalmente triunfalista do discurso oficial?

(Soares, 2010)

A recusa do pesquisador evidencia as limitações com as quais têm que lidar aqueles que aceitem se submeter ao regime da cobertura midiática adotada. O paradoxo reside na dissonância entre o volume de tempo dedicado às falas que comemoram a ação e ao que poderiam dispor aqueles que pretendessem complexificar a cobertura para além do maniqueísmo estabelecido.

Ainda em relação à política de silenciamento, podemos nos deparar com a versão do acadêmico a partir de seu blog. Paire, no entanto, a impossibilidade de mapearmos, nesse momento, as vozes discordantes que poderiam existir nas comunidades. Mesmo entre os (poucos) vestígios de moradores que poderiam discordar da ação dos policiais, essa dissonância quase não existe.

A edição de 29/11 do Jornal Nacional⁹ alerta para a emergência de algumas denúncias de moradores contra arbitrariedades dos policiais. Ainda assim, na reportagem, os três moradores ouvidos fazem questão de reiterar, junto com suas queixas, o apoio à força tarefa. Outra medida da proporção que a visibilidade de denúncias terá na emissora é a comparação entre os tempos dedicados a cada assunto naquela mesma edição. Enquanto a reportagem sobre os “possíveis abusos” de policiais tomou apenas pouco mais de um minuto da transmissão, o bloco seguinte do noticiário, dedicado a mostrar o “lado humano” dos integrantes da força tarefa e o apoio da comunidade a eles, recebeu o tratamento privilegiado de exatos quatro minutos.

Mas o que dizem, mesmo, as novas “vozes oficiais” da comunidade?

O episódio provocou, na arena midiática, um reordenamento das vozes “autorizadas” a falar publicamente pelas comunidades. Nos três meses seguintes à operação, fomos (e ainda estamos sendo) bombardeados por reportagens e ações de intervenção social e cultural voltados à “inclusão”, no repertório discursivo da cidade, do território “recém-conquistado” pelo Estado.

À reboque de tais ações, novos atores sociais, ligados às comunidades, ganharam destaque e legitimidade como “interlocutores” entre Estado e favela. O caso mais emblemático talvez seja o da emergência do AfroReggae e de seu coordenador, José Júnior, como principal “autoridade” capaz de exercer essa mediação.

Há um caso de emergência de um personagem local, no entanto, ainda mais representativo: o do jovem “jornalista” de 17 anos Rene Silva que, durante a cobertura ao vivo da invasão do Complexo do Alemão, se tornou um sucesso de audiência na Internet e no twitter por filmar, de dentro da comunidade, o desenrolar das ações. A iniciativa foi comemorada por todos e se tornou emblema das possibilidades de integração, pela internet, entre moradores do morro e do asfalto.

Durante sua transmissão, Rene recebeu recados inclusive do exterior. O número de seguidores do perfil no twitter do jornal produzido pelo jovem no Morro do Adeus – o *Voz da Comunidade* – subiu, do sábado para o domingo da ocupação, de 180 para 20 mil pessoas¹⁰. Com o aumento na visibilidade de suas ações, Rene Silva tornou-se, do dia para a noite, uma personalidade cotidiana nas reportagens que abordavam a “nova vida” das comunidades. A lista de programas a que foi convidado é extensa, indo dos informativos aos de Sérgio Groisman e Luciano Huck.

Uma análise, no entanto, do conteúdo veiculado pela internet por Rene, naquela manhã de domingo, revela o que a comunidade está “autorizada” a dizer. Em um vídeo de quase vinte minutos, Renê acompanha, em tempo real de sua janela, o movimento à distância dos helicópteros da polícia e das TVs sobrevoando a comunidade e conversa com as pessoas que enviam comentário ao perfil do jornal no twitter¹¹.

Se no calor dos acontecimentos aquela transmissão trazia uma impressão de furo jornalístico, ao oferecer um olhar a partir do lugar onde as câmeras das TVs não alcançavam, a quase três meses de distância a gravação soa completamente esvaziada de conteúdos, de fato, informativos. O que se mostra, o tempo todo, é a expectativa. Vista de dentro da favela, a angústia diante da espera e da incerteza pelos acontecimentos que ainda não se desdobraram provocam, de fato, um apelo de empatia a quem acompanha o registro. Sobretudo se lembrarmos que esta mesma ansiedade era compartilhada por aqueles que acompanhavam os mesmos fatos por seus aparelhos de TV.

Ao nos determos na mensagem veiculada, no entanto, salta aos olhos uma impressão de recursividade vazia, na medida em que a única movimentação registrada nas imagens é a de (poucas) aproximações de helicópteros da Polícia e das emissoras de TV. Rene intercala, em suas falas, a comemoração pelo crescimento do número de pessoas assistindo suas transmissões e pela exclusividade de suas imagens que, em

suas palavras, “nenhuma emissora tem. Somente dentro da comunidade. Ninguém mais tem”¹².

O ponto de vista “exclusivo” da comunidade diante do que estava acontecendo acaba sendo um mero contra-plano muito parecido com as imagens veiculadas pelas emissoras. Graças à internet, foi possível retirar os olhos da TV no momento em que a mesma transmitia imagens aéreas do “recém-liberto” Complexo do Alemão para nos deparamos com a cena, registrada da comunidade, do vôo do mesmo helicóptero a filmar, de cima, a mesma favela.

Às imagens registradas de sua janela, o jovem soma, em alguns momentos, uma narração dos acontecimentos. “Os helicópteros estão vindo em direção à comunidade”, “Até agora não vi o Globocop aqui” e “Dois helicópteros estão vindo aqui agora. O da TV está mais longe”, são alguns exemplos do teor do que, na verdade, foi compartilhado pela internet.

“Que imagem veríamos refletida em um espelho voltado para outro?” A provocação – lançada por Michael Ende (1989) em seu *O Espelho no espelho* – talvez nos ajude a pensar na interação proposta pela cobertura aqui analisada. Os acontecimentos podem ter possibilitado uma nova redescoberta da “voz do morro”. Mas talvez o que tenhamos praticado seja apenas uma outra forma, ainda mais sutil, de silêncio.

Na medida em que a “palavra presa na garganta” só poderá ser pronunciada se rimar com as que não podem ser ditas explicitamente pelos repórteres, podemos ter ouvido apenas um refrão complementar às comemorações à invasão e à sua legitimidade. No sentido inverso do ditado popular, quem não consente parece ter sido calado. A fala concordante, por sua vez, foi multiplicada ao extremo da redundância. Mesmo quando a “mensagem” passada já estava “evidente”. Mesmo quando o que se repetia era o (espetacular) silêncio do reflexo infinito produzido por duas lentes voltadas uma para a outra. ●

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BORGES, Wilson. *Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in)formação da realidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas – um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Intexto, 2001.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. Vol 1: Artes de fazer.
- DAEMON, Flora. *Sujeitos do crime e da notícia: casos PCC e Liga da Justiça e as apropriações da arena midiática contemporânea*. *Revista InTexto* (UFRGS. Online), v. 2, p. 1-16, 2011.
- ENDE, Michael. *O espelho no espelho*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- MENDONÇA, Kleber. O Imperador da Chatuba: o jogador Adriano entre a delinquência e o discurso de “pacificação” da cidade. Artigo apresentado no GP Geografias da Comunicação do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação do XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM). Caxias do Sul (RS), 2010a.
- _____. Entre as áreas de risco e a localização privilegiada: o jornalismo carioca “descobre” as favelas. Artigo apresentado na Sessão 20 de Comunicações Livres do VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SBPJor). São Luís (MA), 2010b.
- _____. *A inversão do olhar: perspectivas para a análise de discurso nos estudos da comunicação*. *Revista Líbero* (ISSN: 1517-3283), São Paulo, v. 13, n. 26, p. 39-50, 2010c.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.
- _____. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1992.
- SOARES, Luiz Eduardo. *A crise no Rio e o pastiche midiático*. Blog Luiz Eduardo Soares, nov. 2010. Disponível em: <<http://luizeduardosoares.blogspot.com/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>>.
- STEIN, Gertrude. *Autobiografia de todo mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

NOTAS

¹ Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no GT *Práticas interacionais e linguagens na comunicação*, durante o XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011.

- ² Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF), <klebersm@hotmail.com>.
- ³ Refere-se, aqui, à *cobertura* como a forma pela qual os conteúdos e relatos noticiosos são apresentados ao espectador e não ao trabalho desenvolvido pelos jornalistas durante a produção, apuração e edição das matérias.
- ⁴ É comum nos veículos de comunicação do Rio de Janeiro a opção por silenciar, em suas reportagens, os nomes das facções envolvidas no controle das comunidades. A “justificativa” jornalística para esta lacuna é a de que esta divulgação acabaria funcionando como uma publicidade para os criminosos. Pensamos, no entanto, que a questão é mais complexa. Como aponta Daemon (2011), não divulgar as facções e suas áreas de controle impede que a população (especialmente de classe média e mais afastada das áreas afetadas pelo tráfico) possa avaliar, no todo, as ações das forças repressoras. Fora dos veículos de imprensa é bastante debatida, por exemplo, a opção do Estado em centrar seus ataques às regiões controladas pelo *Comando Vermelho*, “poupando”, pelo menos até o momento, as áreas de domínio de outras facções, como a Rocinha e o Vidigal, ambas controladas pela facção *Amigos dos Amigos* (ADA).
- ⁵ Até o momento da finalização deste texto, em fevereiro de 2011, nem a metade dos traficantes que estariam no Complexo do Alemão naquele dia (cerca de duzentos) foi presa, como, aliás, nenhum dos quatro líderes do tráfico (Fabiano, o FB, Nem, Pezão e Pogear).
- ⁶ Cf. *Moradores demonstram apoio e solidariedade às ações da polícia*, Jornal Hoje, Edição de 26/11/2010, disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2010/11/moradores-demonstram-apoio-e-solidariedade-acoes-da-policia.html>>.
- ⁷ Cf. Jornal Nacional, Edição de 29/11/2010, disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=zzQegtrnTqQI&feature=related>>.
- ⁸ Transcrição da passagem da repórter. A Edição do Jornal Nacional de 27/11/2010 está disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=jicj0TNjAvs>>.
- ⁹ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=9V7zwbOFJuU>>.
- ¹⁰ Dados retirados da reportagem *Rene Silva, jovem do morador do Morro do Adeus, twittou em tempo real a invasão da polícia ao Complexo do Alemão*, publicada por O Globo em 29/11/2010.
- ¹¹ A gravação de uma das filmagens feitas por Rene e transmitidas em tempo real pode ser assistida em: <<http://pt-br Justin.tv/habbios/b/274756288?>>.
- ¹² Transcrição da gravação realizada por Rene Santos, em 28/11/2010, durante a invasão do Complexo do Alemão, disponível em: <<http://pt-br Justin.tv/habbios/b/274756288?>>.